

Talden Farias
organizador

**10 ANOS DA LEI
COMPLEMENTAR 140**
desafios e perspectivas



EDITORA MERAKI

2022

Copyright © 2022 Editora Meraki Ltda
Todos os direitos reservados.
ISBN: 978-65-88781-75-3

Acompanhamento editorial Leonam Liziero
Direção de arte Brenda Santos

Editora Meraki
Conselho Editorial
Alexandre Walmott Borges (UFU)
Alessandra Silveira (UMinho)
Ari Marcelo Solon (USP)
Dawid Bunikowski (UEF)
Diva Julia Safe Coelho (PNPD-CAPES/UFU)
Felipe Magalhães Bambirra (UniALFA)
Gonçal Mayos (UB)
José Carlos Remotti (UAB)
Oswaldo Alves de Castro Filho (UFMS)
Saulo Pinto Coelho (UFG)

<p>F224 Farias, Talden et. 10 anos da Lei Complementar 140: desafios e perspectivas/ Talden Farias (org.). Andradina: Meraki, 2022 Bibliografia ISBN 978-65-88781-75-3 1. Direito Ambiental 2. Federalismo 1. Título CDU – 346.5 CDD – 354</p>
--

Reservados todos os direitos desta obra.
Proibida toda e qualquer reprodução desta edição por qualquer meio ou forma sem a permissão
expressa do editor

SUMÁRIO

Prefácio, 11

Proêmio, 13

Apresentação, 14

Autores, 17

Parte I

Aspectos Gerais da Competência Administrativa Ambiental

A Lei Complementar 140/2011 e o “federalismo cooperativo ecológico” consagrado pelo ordenamento jurídico brasileiro, 31

Ingo Wolfgang Sarlet

Tiago Fensterseifer

Conflitos federativos nas competências materiais ambientais, 42

Paulo de Bessa Antunes

Bruno Linhares Lemos

Artigo 17 da Lei Complementar 140/11: evolução legislativa, desafios e perspectivas, 59

Alexandre Burmann

Marcos Abreu Torres

Competência administrativa em matéria ambiental à luz do regime instituído pela Lei Complementar 140/2011, 75

Marcelo Buzaglo Dantas

Fernanda de Oliveira Crippa

A Lei Complementar 140/2011 e o Licenciamento Ambiental, 90

Lucíola Maria de Aquino Cabral

A Lei Complementar 140/2011 e o Modelo Cooperativo de Tutela Administrativa Comum do Meio Ambiente, 116

Rodrigo Jorge Moraes

Pacto federativo e a repartição de competências em matéria ambiental: uma análise do art. 17 da Lei Complementar 140/2011, 131

Jorge Alex Nunes Athias

João Daniel Macedo Sá

A cooperação entre entes federativos sob a perspectiva da LC 140/2011, 151

Felipe Pires Muniz de Brito

Frederico Rios Paula

Instrumentos para a cooperação interfederativa na Lei Complementar 140/2011, 170

Carlos Sérgio Gurgel

Talden Farias

A LC 140/2011 e o alcance do federalismo cooperativo na proteção dos bens culturais, 190

Inês Virgínia Prado Soares

A Lei Complementar 140/2011 e o critério da abrangência do impacto ambiental, 209

Ricardo Cavalcante Barroso

Os limites da vinculação da licença ambiental aos órgãos do Sisnama, 230

Eduardo Fortunato Bim

O licenciamento ambiental único e outros aspectos relevantes da Lei Complementar 140/2011, 244

Bruno Campos Silva

Lei Complementar 140/2011: uma leitura de 10 anos da jurisprudência do STJ quanto aos conflitos federativos em poder de polícia ambiental, 257

Mariana Barbosa Cirne

Isabella Maria Martins Fernandes

Parte II

Situações específicas e a Lei Complementar 140/2011

Competência federativa e combate às mudanças climáticas, 275

Gabriel Wedy

Rafael Martins Costa Moreira

Controvérsias no licenciamento ambiental: ponderações desnecessárias e soluções já previstas na LC 140/2011, 290

Caio Brilhante Gomes

Considerações sobre a competência fiscalizatória na Lei Complementar 140/2011, 311

Rita Maria Borges Franco

Responsabilidade administrativa ambiental e *non bis in idem*: uma análise crítica do Recurso Especial n. 1.132.682/RJ, 324

Luis Antonio Monteiro de Brito

Os limites da atuação supletiva sancionadora, 338

Marília Longo do Nascimento

Marina Motta Benevides Gadelha

Sanções administrativas ambientais: infrações endógenas e exógenas em face da Lei Complementar 140, 354

Marcelo Kokke

O princípio da unicidade de licenciamento e a proteção do patrimônio arqueológico, 370

Ana Caroline Machado da Silva

Thiago Serpa Erthal

A pretensa intenção da Lei Complementar 140/2011 de estabelecer parâmetros de cooperação entre os entes federativos na proteção ao patrimônio cultural e os desafios por não o fazer, 385

Carlos Magno de Souza Paiva

O novo decreto de cavidades subterrâneas e o papel do ente licenciador: desafios e perspectivas, 397

Leandro Eustaquio de Matos Monteiro

Janine Oliveira Arruda

O papel dos administrados no âmbito da delegação de competência para licenciar, 419

Luiz Gustavo Escorcio Bezerra

Victor Penitente Trevizan

Lei Complementar 140/2011 e supressão de vegetação: breves reflexões, 440

Pedro Curvello Saavedra Avzaradel

Análise sobre a (in)constitucionalidade e (i)legalidade da exigência de anuência do Ibama para supressão de vegetação em Mata Atlântica 452

Alexandre Oheb Sion

Licenciamento ambiental de empreendimentos localizados em unidades de conservação ou que afetam unidades de conservação, 470

Erika Bechara

Competência administrativa para o licenciamento ambiental em Área de Proteção Ambiental (APA), 484

Vital José Pessoa Madruga Filho

Ronilson José da Paz

Os intervenientes no contexto do licenciamento ambiental, 500

Roberta Jardim de Moraes

Luciana Gil

A Lei Complementar 140/2011 e os cenários decorrentes das negociações para o ingresso do Brasil na OCDE, 515

Werner Grau Neto

Luciana Vianna Pereira

André Marchesin

A imperatividade da articulação/cooperação entre a Política Nacional do Meio Ambiente e a Política Nacional de Recursos Hídricos à luz da Lei Complementar 140/2011, 531

José Irivaldo Alves O. Silva

Estudo de impacto ambiental: análise a partir da jurisprudência Seaport, 544

Leila Cristina do Nascimento e Silva

Parte III

O Município e a Lei Complementar 140/2011

O Município na Lei Complementar 140/2011, 557

Eduardo Lima de Matos

Julio Cesar de Sá da Rocha

Municipalização do licenciamento ambiental, 567

Andréa Cristina de O. Struchel

Lei Complementar 140/2011 para quem? A abrangência do instituto em matéria administrativa ambiental e a situação dos Municípios de pequeno porte, 580

Adélia Alves Rocha

Conflitos na definição da competência originária municipal para a aia e o licenciamento ambiental: percepções, evidências e soluções, 591

Pedro Ribeiro de Oliveira Franzoni Grossi

Alberto de Freitas Castro Fonseca

Lei Complementar 140/2011 e o licenciamento ambiental municipal no Estado de Minas Gerais, 612

Guilherme M. de Castro

A Lei Complementar 140/2011 e os conflitos de competência entre entes municipais e estaduais, 630

Ricardo Carneiro

Ana Carolina di Oliveira

Licenciamento ambiental pelos entes federativos à luz da Lei Complementar nº 140/2011: panorama da municipalização e da utilização dos recursos da TCFA, 642

Consuelo Yatsuda Moromizato Yoshida

Rosana Maria de Macedo Borges

Federalismo cooperativo nas ações de gestão ambiental: o poder do Município no licenciamento e nas autorizações para a supressão e para o manejo de vegetação, 663

Édis Milaré

Lucas Tamer Milaré

A competência municipal na Lei Complementar 140/11 e a autorização para a supressão vegetal, 677

Curt Trennepohl

Terence Trennepohl

Competência municipal para autorizar a supressão de vegetação nativa de Mata Atlântica em licenciamento ambiental de atividade ou empreendimento com impacto local, 686

Eugênia Giovanna Simões Inácio Cavalcanti

Flávia Castanheira do Nascimento

Quem deve licenciar o corte? o conflito entre a Lei de Competências Ambientais e a Lei da Mata Atlântica na competência para emissão de autorização de corte e supressão de vegetação, 697

Pedro de Menezes Niebuhr

Mateus Stallivieri da Costa

Interveniência dos Municípios no licenciamento ambiental de competência dos demais entes federativos: apontamentos à luz da Lei Complementar 140/2011, da Lei da Liberdade Econômica e de casos específicos, 713

Cristiane Jaccond

Consórcios públicos como entes cooperativos para o exercício do licenciamento ambiental municipal, 739

Alexandre Waltrick Rates

Maykon Fagundes Machado

Regime jurídico dos consórcios públicos ambientais.....753

Talden Farias

Arícia Fernandes Correia

Prefácio

Seguindo a tendência internacional (especialmente a partir da Conferência de Estocolmo), o Brasil inaugurou um novo momento em relação à proteção do meio ambiente, que teve como marco precursor a edição da Lei nº. 6.938, de 1981, que criou a Política Nacional do Meio Ambiente, recentemente comemorada por seus quarenta anos de existência. Entretanto, foi com a promulgação da Constituição brasileira de 1988 que a matéria passa a ter grande destaque no cenário nacional.

A Carta de 1988 é tida como uma das mais completas do mundo, ao dedicar capítulo próprio ao meio ambiente. Apesar de contemplar diversos dispositivos sobre matérias de natureza processual, penal, econômica, sanitária, tutela administrativa, além de normas atributivas de competência legislativa, pairavam dúvidas sobre o exercício de ações administrativas (competência executiva), como por exemplo para o deferimento da licença ambiental, consoante a previsão expressa no artigo 23 (competência comum em matéria ambiental).

Questões como a acima mencionada, propiciava grandes problemas para o empresariado no país, pois pairavam dúvidas sobre qual órgão deveria se dirigir para o licenciamento ambiental de empreendimento ou atividade potencialmente poluidora. Algumas empresas chegavam a promover o licenciamento ambiental nos três níveis da federação para evitar – ou, ao menos, minimizar – os riscos e custos decorrentes de multas, embargos administrativos, além de longos litígios judiciais.

Havia um consenso entre estudiosos e os profissionais que atuam no Direito Ambiental, antes da edição da Lei Complementar n. 140/2011, que o país precisava ter uma definição do Poder Legislativo – e não do Poder Judiciário, como acontecia, muitas vezes de forma inadequada, sobre as competências dos entes federados em matéria ambiental (União, Estados, Distrito Federal e Municípios).

O caminho mais eficaz, então apontado para a solução dessa questão, seria a regulamentação do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal de 1988 que outorga competência comum a todos os entes federados para adotar ações necessárias à proteção do meio ambiente. Após 23 anos da promulgação da Constituição brasileira, foi publicada em 08 de dezembro de 2011, a Lei Complementar nº 140 que fixou normas para a cooperação nas ações administrativas decorrentes do exercício dessa competência relativa à proteção do meio ambiente.

Com a edição da referida lei, que era muito aguardada no meio jurídico e empresarial, a pergunta que comumente se apresentava era se a mesma possuía os elementos necessários para equacionar as dúvidas e reduzir riscos e litígios acerca dos limites de atuação dos órgãos ambientais brasileiros, de modo a trazer certa segurança jurídica aos empreendedores ao submeterem seus empreendimentos e atividades ao complexo processo administrativo composto de tríplex licenciamento ambiental.

Os objetivos apresentados na norma legal, com destaque para a eficiência, atacaram pontos nevrálgicos: a falta de uma postura cooperativa, consensual e transparente entre os próprios órgãos ambientais e entre estes e os empreendedores; e a ausência da análise objetiva dos custos e benefícios (equilíbrio entre desenvolvimento e preservação). Do mesmo modo, a harmonização de políticas administrativas para se evitar a sobreposição de atuação entre os entes federativos, de forma a evitar conflitos de atribuições; e a garantia de uniformidade da política ambiental nacional, respeitadas as peculiaridades regionais e locais.

Com efeito, mais de 10 (dez) anos se passaram desde a edição da Lei Complementar 140/2011, sendo certo que são observados resultados satisfatórios, porém outros nem tanto. Apesar de a norma não ter resolvido todos os problemas vivenciados por aqueles que militam na área do Direito Ambiental, serviu para balizar importantes princípios da ação estatal.

A obra intitulada *10 anos da Lei Complementar 140: desafios e perspectivas*, coordenada pelo querido amigo e grande pesquisador, o Prof. Dr. Talden Farias, se propõe a analisar os principais aspectos da referida Lei na última década. Além dos temas riquíssimos que foram colecionados neste livro comemorativo, ganha relevo a qualidade das autoras e autores, grandes referências do direito ambiental brasileiro.

Por fim, devo registrar a alegria e honra em ter sido convidado para escrever estas linhas introdutórias nesta que será, em pouco tempo, obra de referência e obrigatória para a literatura jurídica ambiental nacional.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2022

SIDNEY GUERRA
Professor Titular UFRJ
sidneyguerra@direito.ufrj.br